

UM SÍTIO ARQUEOLÓGICO, VÁRIOS MUSEUS: O CASO DO ENGENHO DO MURUTUCU, BELÉM/PA

Sabrina Fernandes Santos¹
Diogo Menezes Costa²

RESUMO

Neste artigo discutimos sobre como a Nova Museologia e a Arqueologia Pública lidam com a gestão compartilhada do patrimônio cultural e arqueológico. Utilizamos um sítio arqueológico-histórico, Engenho do Murutucu, como estudo de caso que demonstra os diversos sentidos que podem ser atribuídos ao patrimônio pela perspectiva do público que visitou este espaço, a partir de atividades educativas foram realizadas no mês de julho/2015. Os resultados são baseados em entrevistas orais e apresentaram temas a serem utilizados na discussão sobre políticas de salvaguarda, elaboração de ações didático-pedagógicas, dos usos e sentidos atribuídos ao patrimônio pelas sociedades contemporâneas.

PALAVRAS-CHAVE

Público, Nova Museologia; Arqueologia Pública; Atividades educativas; Patrimônio.

AN ARCHAEOLOGICAL SITE, MANY MUSEUMS: A STUDY CASE OF MURUTUCU SUGAR CANE MIL, BELÉM/PA

ABSTRACT

This article discusses how New Museology and Public Archaeology deal with a shared management of cultural heritage. We use a historical archaeological site, called Murutucu sugar cane mil, as a case study to demonstrate the difference between meanings attributed to the patrimony; from the perspective of the public who visited this space during educational activities occurred in July of 2015. The results from oral interviews presented themes to discuss the safeguard policies, as well as, meanings attributed to cultural and archaeological heritage by the contemporary societies.

KEYWORDS

Public; New Museology; Public Archaeology; Educational activities; Patrimony.

¹ Graduada em Museologia pela Universidade Federal do Pará.

² Professore e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará.

1. Introdução

A Museologia e Arqueologia são disciplinas distintas que têm como ponto em comum o interesse e o empenho na construção dos sentidos da cultura material como parte de um processo social de negociação, interpretações influências culturais. Os conteúdos produzidos por ambas as ciências possuem o potencial de criar discursos que podem abarcar os anseios, as problemáticas, as intenções e as tensões que envolvem os diversos grupos humanos contemporâneos (VARINE, 1995: 40-42; TAMANINI, 1999: 341-344; CÂNDIDO, 2005).

O debate atual que toma os profissionais ligados a ações didático-pedagógicas, expositivas, entre outras, é o de produzir discursos compatíveis com a realidade social dos grupos que se relacionam com o patrimônio em todas as suas formas (CHAGAS, 2006: 5; FONSECA, 2009: 62; VARINE, 2012: 172). Nessa perspectiva, as pessoas são produtoras de cultura devendo analisar suas heranças patrimoniais, sua realidade de mundo, que é sempre dinâmica e está sujeita as interpretações do contexto histórico (FREIRE, 1987: 39-41). É imprescindível que os profissionais ligados ao patrimônio conheçam os diferentes públicos que rodeiam estes espaços.

O nosso estudo de caso, portanto, caracteriza-se como um sítio arqueológico que também pode ser entendido como um espaço cultural a ser pensando também pela Museologia. O objetivo dessa pesquisa foi realizar visitas guiadas no Engenho do Murutucu e entender quais os olhares e os sentidos atribuídos a este sítio pelo público participante das atividades educativas. Utilizaremos a interdisciplinaridade existente na Museologia e na Arqueologia que nesse contexto se comunicam para entender as particularidades desse sítio.

Acreditamos que os resultados alcançados também possam enriquecer os debates sobre as apropriações dos espaços patrimoniais e contribuir para elaboração de planos de salvaguarda, além de identificar as ideias de patrimônio de pessoas pertencentes a diferentes grupos sociais.

As ações educativas, abordadas neste trabalho, são vistas como uma prática sociocultural em que é impossível dissociar educação, cultura e patrimônio (CHAGAS, 2006: 4; SILVEIRA e BEZERRA, 2007: 82). A educação patrimonial pode ser vista a partir de um papel mediador entre o pesquisador, os lugares pesquisados e as pessoas que dele fazem parte. Buscamos demonstrar como um determinado patrimônio pode possuir sentidos distintos a partir do olhar que é lançado sobre ele. Neste contexto, o estudo de público qualitativo, atuando como aliado essencial nesse trabalho, investiga quais são as memórias acionadas a partir da visita de diversas pessoas em um sítio arqueológico localizado em Belém do Pará.

O roteiro escolhido para abordar estas análises se organiza da seguinte forma: 1- Descrever a constituição do espaço em que o Engenho do Murutucu está inserido; 2- Explicar os métodos da pesquisa qualitativa de público e das atividades educativas selecionados para essa abordagem; 3- Discutir como a Arqueologia e a Museologia pensam sobre o patrimônio, sua gestão e sua relação com as pessoas em sociedade; 4- Discutir os resultados obtidos das entrevistas orais, organizando-os de acordo com os pontos de convergência que as falas apresentaram; 5- Considerações finais.

2. “Caminhos Tortuosos”: Conhecendo as terras do Engenho do Murutucu

Localizado na região metropolitana de Belém, na estrada da CEASA³, o Engenho do Murutucu ocupa a paisagem dessa área há aproximadamente 300 anos. Primeiramente, o local era constituído de uma capela (construída em 1711), casa de vivenda, fábrica que produzia açúcar e aguardente, uma olaria que fabricava telhas e tijolos, além de uma senzala. Essas informações estão contidas em documentos históricos de compra e venda da propriedade (MARQUES, 2004: 81, 83). Com o transcorrer dos anos, as terras do Engenho receberam diversos grupos sociais e étnicos que foram se adaptando e moldando a paisagem do lugar conforme as suas necessidades e seu contexto histórico e cultural.

O Sítio é um patrimônio arqueológico tombado pelo IPHAN⁴ em 08 de outubro de 1981. Atualmente, podemos encontrar apenas as ruínas do complexo arquitetônico que foi o Engenho do Murutucu, e seus remanescentes materiais são protegidos por uma densa área de mata fechada pertencente à uma floresta de fundo antrópico, composta por castanheiras, sumaumeiras, gramineas, cacauzeiros e apuizeiros que circundam os 400m X 300m metros de um polígono de forma quadrangular que corresponde a área tombada do sítio (MARQUES, 2004: 106).

A parte mais íntegra e de maior visibilidade do lugar é a Capela de Nossa Senhora da Conceição que passou por um processo de restauro na década de 90. Além das estruturas históricas, podemos encontrar também edificações⁵ recentes localizadas na principal via de acesso do local. Essas estruturas foram construídas em virtude de um projeto de restauração que visava implantar no espaço laboratórios de Arqueologia.

Dois grandes grupos sociais ligados a este patrimônio foram identificados por Moreira (2010: 77) e Azulai (2014: 56). Estes correspondem aos moradores da comunidade de ribeirinhos do rio Guamá – também conhecidos como Comunidade do Porto CEASA – que em sua maioria vivem de forma autônoma através da pesca e da coleta de produtos da floresta, sendo desprovidos da maioria dos bens e serviços públicos oferecidos, como saneamento básico, segurança, saúde e educação. O outro grupo social é composto pelos funcionários da CEASA/PA que não residem no local, mas estabelecem atividades empregatícias cotidianas no entorno das ruínas do Engenho do Murutucu.

O desenvolvimento da cidade de Belém, ao longo dos séculos, acaba envolvendo esse Sítio Arqueológico nos fluxos característicos das grandes cidades. Diversas pessoas utilizam o engenho como fonte de pesquisas acadêmicas, como um programa lúdico – passeios de bicicleta e trilhas, principalmente no período das férias escolares –. Ainda é utilizado como área de tráfego de alguns moradores do entorno, como abrigo para moradores de rua, área de consumo de entorpecentes para dependentes químicos e também torna-se um espaço de manifestações religiosas, entre outros usos.

3. Métodos de pesquisa de público

As ações educativas realizadas não visavam à mera transmissão hierárquica de conhecimento (FREIRE, 1987: 33). A proposta era estabelecer reflexões

³ Centrais de Abastecimento do Pará.

⁴ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

⁵ Uma monografia (AZULAI, 2014: 64) relata que essas estruturas eram utilizadas como um lugar de venda de artesanato pelos moradores locais. Tendo em vista que elas nunca foram utilizadas para o seu principal propósito (ser um laboratório de Arqueologia).

abertas⁶ sobre o Sítio a partir do histórico de ocupação e transformação antrópica da paisagem no Engenho do Murutucu ao longo dos séculos, levando também em consideração as interpretações atuais do público que visitou o espaço (SILVEIRA e BEZERRA, 2007: 89-92)

As visitas guiadas tiveram como base os métodos da Educação Patrimonial elaborados pelo IPHAN, que utiliza a cultura material (fontes primárias de conhecimento) como objeto para atividades educativas que estimulem as pessoas a refletirem sobre identidade e o seu lugar na sociedade e no mundo (HORTA e GRUNBERG e MONTEIRO, 1999: 8-13). Para a museologia, o pensamento de Paulo Freire⁷ (1987: 39-41) influencia a ideia de educação patrimonial, uma vez que é ponto de convergência na área pensar em educação como uma prática socializada à cultura e a realidade do indivíduo/cidadão.

Levamos em consideração o pertencimento cultural de cada participante a fim de se propor um diálogo simétrico (SILVEIRA e BEZERRA, 2007: 89-92) com cada tipo de público que visitou o sítio histórico e arqueológico Engenho do Murutucu. Os visitantes foram provocados a relatar a sua experiência na visita guiada. Nesse ponto, todos os colaboradores foram informados sobre a gravação e autorizaram seu uso para a pesquisa. As entrevistas orais foram transcritas e as falas serão apresentadas ao longo desse texto compondo um diálogo construído juntamente com as suas análises e interpretações.

Em julho de 2015 foram recebidos 36 visitantes espontâneos⁸ que participaram das visitas guiadas. Essas pessoas conheceram o engenho através de pesquisas acadêmicas (10), mídias de comunicação de massa, como reportagens vinculadas em sites e na televisão (6), através de amigos e familiares (6), trabalhador vinculado às escavações (1) e outras características que não foram informadas na ficha de identificação (11).

A grande maioria dos visitantes e colaboradores são oriundos de cursos de graduação das universidades e faculdades de Belém, tendo como principais áreas de atuação: História, Jornalismo, Turismo, Geografia e Arquitetura. Essas pessoas procuravam o engenho para conhecer mais sobre a história da cidade, além de atender a interesses pessoais de pesquisas acadêmicas.

⁶ Esse método de educação patrimonial que utiliza a cultura e o patrimônio como fontes de reflexão da humanidade sobre a sua realidade, faz parte de uma ampla e antiga discussão pertencente ao campo museológico da América Latina. Esse pensamento começa a ser introduzido a partir da Mesa Redonda de Santiago (1972) em que discute-se o “conceito de patrimônio global a ser gerenciado no interesse do homem” (VARINE, 1995: 40-51). Após a Declaração de Quebec (1984) e o Encontro de Caracas (1992) a imagem de um museu como um instrumento de desenvolvimento é fortalecido, atribuindo também a instituição um papel social. O museólogo reconhece a sua responsabilidade política e ética. Essa corrente é influenciada pela “filosofia da libertação” de Paulo Freire (VARINE, 1995: 42).

⁷ Paulo Freire foi um pedagogo e filósofo brasileiro conhecido também pela obra intitulada a “Pedagogia do Oprimido” (1970) em que discute modelos de educação baseados na liberdade das pessoas em conhecer e analisar o seu contexto histórico cultural, sua realidade de mundo. Para esse autor é impossível dissociar cultura, educação e patrimônio, suas propostas vão contra o modelo de “educação bancária” que caracteriza-se pelo depósito de conteúdos estáticos e alienantes que devem ser assimilados, decorados e repetidos pelos educandos. Os pensamentos de Freire foram muito influentes na concepção da Carta de Santiago (1972), um importante documento no processo de renovação da Museologia da América Latina que discute o papel social do museu, em que esta instituição deve preocupar-se em utilizar e comunicar o patrimônio cultural como um objeto de transformação social, a serviço da humanidade. Os museólogos participantes desse evento estavam envolvidos em temas que visavam a “libertação” das práticas museológicas, entendendo o museu como um espaço de pensamento, reflexão, mudança e desenvolvimento das sociedades contemporâneas perante sua realidade social, caracterizando-se assim o “museu integral” (VARINE, 1995: 43).

⁸ Normalmente as visitas eram solicitadas e agendadas previamente via e-mail. Na época foram divulgadas reportagens sobre o sítio no website da Universidade Federal do Pará e nos telejornais que informavam sobre as atividades que estavam sendo realizadas no local, assim como o procedimento para participar do roteiro de passeio guiado.

As análises são referentes a sete⁹ entrevistas orais realizadas após o passeio guiado. O roteiro de perguntas foi semiestruturado com um único correspondente. Após a indagação inicial da pesquisadora, a fala dos entrevistados seguiu de forma livre e o teor das perguntas fez referência às memórias e pensamentos que as visitas guiadas proporcionaram. (GASKELL, 2002: 64-76).

A dinâmica das visitas guiadas inicia-se com uma apresentação pessoal da pesquisadora que logo em seguida pede para que cada visitante preencha uma ficha que contém perguntas de caráter identificatório que vão auxiliar na escolha da melhor abordagem com o grupo ou pessoa em questão. Neste ponto também é informado que todas as dúvidas e contribuições pessoais dos visitantes durante passeio são bem-vindas. O interesse dessa pesquisa foi estabelecer um diálogo simétrico e harmônico com o público, respeitando o tempo dos pensamentos aflorados a partir da relação subjetiva das pessoas com este patrimônio cultural e paisagístico.

A relevância desse tipo de método é que ele tenta promover uma interação com a paisagem, a materialidade e imaterialidade dos elementos podem trabalhar de forma a despertar sentimentos e pensamentos dos mais variados tipos que normalmente são partilhados durante o trajeto. Por esse motivo o passeio torna-se longo, durando em média 1 hora e 30 minutos.

4. **A Nova Museologia e a Arqueologia Pública: Gestão Compartilhada do Patrimônio cultural e arqueológico**

Primeiramente, informamos que nosso ponto de partida é a Nova Museologia¹⁰ e a sua perspectiva social de relacionar patrimônio e a comunidade. Da Arqueologia, por sua vez, partimos da Arqueologia Pública, que lida com sítios arqueológicos que apresentam populações humanas em seu entorno. Essa discussão se faz necessária para que possamos entender e refletir sobre o papel dos profissionais ligados a ações didáticas pedagógicas, que envolva cultura material de grupos humanos contemporâneos, principalmente quando ela está inserida em contextos que podem apresentar conflitos sociais referentes, também, a gestão e apropriação desse bem.

Até meados da década de 70, as teorias museológicas moldavam os museus como instituições de pesquisa, de conservação e de educação. Os acervos eram expostos para o “deleite” do público e o principal foco era o objeto, que era exibido dentro dos mais variados métodos museográficos¹¹. Em alguns países o museu também estava a serviço do nacionalismo, reforçando ideias homogeneizadoras e valorizando os bens patrimoniais dos grupos dominantes (VARINE, 2012: 171).

No contexto brasileiro, entre os anos de 1964 e 1980, o país passava pelo regime ditatorial. O foco do governo era acelerar o desenvolvimento para

⁹ Ao final do passeio cada visitante era convidado a dar o seu relato, contudo, somente sete colaboradores concordaram em participar da entrevista oral. Também apresentamos neste trabalho as impressões de uma colaboradora que pediu para enviar o seu relato via e-mail.

¹⁰ A Nova Museologia pode ser caracterizada como um movimento dentro do campo de pensamento museológico que começa a surgir na América Latina pós 1972 e que foi construída gradualmente através da ação de museólogos, entre outros profissionais. Os debates a respeito das ideias desse campo puderam ser discutidos e definidos na Declaração de Quebec (1984) no Canadá. Podemos conceituar a Nova Museologia como uma corrente de pensamento que enxerga os museus como uma instituição que age “de forma criativa, interagindo com grupos sociais, aplicando as ações de pesquisa, preservação e comunicação, com a participação dos membros de uma comunidade, de acordo com as características dos diferentes contextos, tendo como objetivo principal utilizar o patrimônio cultural como um instrumento para o exercício da cidadania e o desenvolvimento local” (SANTOS, 2008: 88).

¹¹ Conjunto de métodos e técnicas empregadas para conceber as exposições museológicas.

integrar o Brasil ao sistema capitalista, ainda que de forma periférica. As políticas culturais mediam o rendimento das instituições pelo número de consumo, os museus precisavam atender a objetivos quantitativos e serem frequentados pelo maior número possível de pessoas. Buscava-se aqui criar ideias de unificação nacional, foi “a fase dos memoriais, do culto ao herói”, as instituições eram cristalizadas e as exposições eram concebidas de forma independente da sociedade presente no entorno das instituições (SANTOS, 2008: 80-81).

Segundo Varine (2012: 173) as coleções dos museus pertencem ao patrimônio comum, seja na esfera nacional, regional ou local. Existem diversas cláusulas que protegem estes acervos e os profissionais, de uma maneira geral, estão “a serviço do patrimônio” que é inalienável.

No Brasil, atendendo à outra esfera de proteção¹², o anteprojeto de Mário de Andrade escrito em 1936 organiza e regulamenta a proteção do patrimônio histórico e artístico do país. Os bens são inscritos nos livros de tombamento a partir de seu valor paisagístico, arqueológico, histórico, artístico, etnográfico e bibliográfico, e estão sob a tutela do Estado que deve impor medidas que visam a sua máxima proteção (SANTOS e TELLES, 2016).

No caso dos sítios arqueológicos¹³ que são bens tombados e que possuem valores de importância nacional, o controle ao acesso é uma das formas de preservação. As próprias pesquisas arqueológicas precisam ser autorizadas previamente pelo IPHAN¹⁴ (atualmente). Podemos então entender esses espaços como lugares “congelados” dentro de leis protecionistas. Os museus em sua categoria mais tradicional, também seguem os mesmos princípios uma vez que eles “esterilizam¹⁵” os objetos museológicos. Que ao passar pela musealização adquirem um novo sentido, sendo estudados, catalogados, conservados e protegidos para o consumo cultural através da exposição. Quem detém o controle, o acesso e a gestão desses objetos são os museólogos, curadores, os conservadores, os educadores, entre outros profissionais ligados a instituição (VARINE, 2012: 173).

Por muito tempo essa ideologia museológica e preservacionista foi imposta, porém é em meados dos anos de 1970 que surge uma corrente na América Latina que concebe o museu como “instrumento de desenvolvimento”. A Nova Museologia, além de reconhecer o papel social do museu e a responsabilidade política do museólogo, faz parte de uma cadeia de pensamentos que visam a libertação das humanidades. Nessa perspectiva, o museu deve desempenhar um papel libertador “das forças criativas da sociedade, para a qual o patrimônio não é mais somente um objeto de deleite, mas antes de tudo uma fonte maior de desenvolvimento” (VARINE, 1995: 42).

Temos que entender que a concepção da Nova Museologia passou por intensos debates e transformações ligadas às necessidades das sociedades. O aumento da urbanização, a intensificação do capitalismo, o surgimento de novos centros de poder, o avanço da globalização, os aumentos da produtividade industrial, entre outros pontos geraram em um curto espaço de tempo a intensificação da pobreza, da violência, dos problemas ambientais e sociais, era

¹² Entendemos que existem vários meios de se proteger e preservar os bens patrimoniais, nessa pesquisa estamos referenciando as medidas protetivas referentes as instituições museológicas e as medidas protetivas relativas a bens tombados (que não necessariamente estão no museu).

¹³ Os sítios e os artefatos arqueológicos são protegidos pela Lei 3924/1961.

¹⁴ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

¹⁵ Segundo Varine (2012: 173) os processos de musealização também podem ser enxergados a partir da perspectiva do “congelamento” do objeto, uma vez que ele é retirado de seu contexto original adquirindo um novo significado dentro do museu. Além disso, a apropriação desse bem também passa a ser controlada, reforçando esse pensamento.

necessário pensar em soluções que envolvessem a sociedade civil e que fossem adequadas a contextos específicos (SANTOS, 2008: 74).

O fortalecimento do papel social dos museus foi um processo gradual e lento (ainda não finalizado) provocado pelas mudanças nas sociedades que refletiram em instituições como a UNESCO¹⁶ e o ICOM¹⁷. A partir de então diversas conferências e reuniões foram realizadas para debater o papel do museu perante a sociedade. A IX Conferência do ICOM realizada em Paris e Grenoble, no ano de 1971, põe em discussão a necessidade de se redefinir a missão dos museus, nessa ocasião surge o *neighbourhoodmuseum* que se configura como um novo modelo de museu que tem como base a história das comunidades. A principal missão desse museu é a valorização da identidade cultural através de técnicas museológicas que visam reflexões que possam solucionar alguns dos problemas sociais e urbanos (VARINE, 1995: 38; SANTOS, 2008: 75).

A principal mudança é enxergar o museu como participante ativo dos processos sociais, as exposições devem apresentar os problemas das sociedades, inserindo também a cultura pertencente a grupos considerados minoritários. Não se concebe mais a ideia de que museus são apenas espaços passivos de apreciação e alguns profissionais ligados a Museologia começam a defender que a população deve se tornar parte da instituição, atuando também na sua gestão (SANTOS, 2008: 76).

Em 1972, o Comitê Internacional de Museus (ICOM) realiza a Mesa Redonda de Santiago no Chile, neste evento 12 museólogos latino-americanos envolvidos em ideias libertadoras inspirados nas ideias de Paulo Freire, Jorge Enrique Hardoy¹⁸ e outros especialistas, criaram em conjunto o conceito de “museu integral” que leva em consideração os problemas contemporâneos das sociedades.

O museu como ação, isto é, instrumento dinâmico de mudança social. Dessa forma se esquecia aquilo que se havia constituído, durante mais de dois séculos, na mais clara vocação do museu: a missão da coleta e da conservação. Chegou-se, em oposição, a um conceito de patrimônio global a ser gerenciado no interesse da humanidade (VARINE, 1995: 40).

Essas ideias embrionárias construídas na Mesa Redonda de Santiago entendem que os indivíduos são ao mesmo tempo “produto” e criador da sociedade e cultura. Santos (2008: 84) considera que esse é um importante marco no processo de construção do pensamento museológico contemporâneo, “a passagem do sujeito passivo e contemplativo para o sujeito que age e transforma a realidade”.

A partir das bases da Nova Museologia consideramos que o patrimônio cultural precisa ser apropriado e re-apropriado pelas pessoas interessadas e que estão presentes em seu entorno. Entendemos que as práticas ligadas aos bens patrimoniais precisam levar em consideração os pertencimentos, reconhecimentos e identificações. Nesse sentido, o ponto de convergência entre a Nova Museologia e a Arqueologia Pública são as pessoas em constante relação com o patrimônio.

¹⁶ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

¹⁷ International Council of Museums (Comitê Internacional de Museus).

¹⁸ Especialista em Urbanismo, na época era diretor do Instituto TorcuatodiTella de Buenos Aires que na Mesa Redonda de Santiago apresentou suas conclusões sobre os processos que envolvem as grandes cidades, este fato fez com que os participantes do evento se dessem conta de que “não conheciam as cidades onde viviam”. Esses profissionais, “eram incapazes de se projetar no futuro para imaginar o que iria se passar, e que necessidades culturais e sociais teriam as populações imensas e, geralmente, muito pobres” Varine (1995: 39).

A Arqueologia Pública pode ser conceituada como um desdobramento do próprio campo do pensamento arqueológico que visa compreender “a quem interessa o conhecimento produzido pela Arqueologia” e de que forma essas pesquisas afetam a sociedade, um dos focos do debate versa sobre a responsabilidade ética do arqueólogo. A forma como essa ciência é apresentada ao público já vem sendo amplamente discutida em países como os Estados Unidos, por exemplo, em que regulamentos que regem os sítios arqueológicos em terras públicas garantem que os resultados das pesquisas sejam “alcançáveis” para o público (BEZERRA, 2003: 276).

Quando estas pesquisas atuam em contextos contemporâneos (envolvendo comunidades locais) podem ocorrer conflitos relacionados à gestão e usufruto do patrimônio arqueológico que em alguns casos pode ajudar a delimitar áreas territoriais, criar zonas de proteção, acirrar conflitos étnicos, mostrar ancestralidades, etc. Na Amazônia a maioria dos projetos arqueológicos estão ligados a grandes projetos de infraestrutura, os projetos de licenciamento ambiental trazem novos desafios para a apropriação, usos e sentidos atribuídos aos artefatos arqueológicos (SCHAAN, 2012: 7).

Autores do campo da Arqueologia (SCHAAN, 2012; BARRETO, 2013; BEZERRA, 2013) reconhecem as formas políticas e ideológicas que esta ciência adquire em alguns contextos de pesquisa, principalmente quando estes são ligados às sociedades atuais ou a grupos que passaram por intensas formas de repressão e silenciamento. Nessa perspectiva, Schaan (2012: 8) argumenta que os arqueólogos buscam criar pesquisas inclusivas em que o conhecimento científico sobre o patrimônio é construído de forma conjunta com as pessoas que vivem nessas áreas, a partir de discursos alternativos sobre os artefatos arqueológicos que envolvem, também, o contexto social dessas pessoas.

Se a preocupação inicial do IPHAN era educar para o reconhecimento do patrimônio institucionalizado como “da Nação”, no entanto, nossa estratégia tem sido entender o que as pessoas consideram como seus patrimônios, e contextualizar essas discussões no aqui e no agora (SCHAAN, 2012: 8).

Essa compreensão abre um interessante leque de possibilidades para a construção do pensamento arqueológico sobre os contextos pesquisados. Quando se considera as percepções das comunidades locais sobre a cultura material o discurso ganha diversidade e multivocalidade, articulando interesses sociais, políticos, acadêmicos, etc. Como resultados temos um “fazer arqueológico” mais ético e responsável em suas práticas. Esse modelo vai contra a corrente tradicional e mais colonialista da Arqueologia que ainda é amplamente difundida no Brasil (SILVEIRA e BEZERRA, 2007: 81-97)

4.1. **Memória herdada e a musealidade:**

Os resultados da análise das entrevistas orais foram organizados em subtópicos temáticos construídos a partir dos pontos de convergência dos elementos recorrentes pontuados nas narrativas. De antemão, as categorias memória e identidade foram as mais acionadas.

Existem diversos processos que influenciam a constituição da memória e da identidade social. Em um primeiro momento, a memória surge como um fenômeno individual, fruto da experiência sensível de cada pessoa. Contudo, essa memória também é construída socialmente e está passível a influências externas e a transformações constantes (HALBWACHS, 2003: 29-70).

Na memória existem também marcos que são tão importantes que foram solidificados, e isso acaba dificultando a ocorrência de mudanças. Em certos aspectos essa realidade “guardada” passa a fazer parte da própria essência da pessoa. Esses modos de construção em nível individual podem ser tanto conscientes como inconscientes. O que a memória individual guarda, exclui e relembra é resultado de um trabalho de organização num espaço contínuo de tempo (HALBWACHS: 2003: 29-70)

A memória é seletiva e um fenômeno construído em que estão presentes conflitos, disputas culturais, políticas e ideológicas, que são resultados das preocupações pessoais e sociais em que as sociedades estão envolvidas. Os conflitos determinam justamente o que vai ser gravado ou esquecido nas lembranças de um povo. Podendo envolver, também, um espaço-tempo que não corresponde ao período de vida de determinadas pessoas ou de um grupo, mas que mesmo assim é partilhado e ressoa por meio da coletividade (POLLAK, 1992: 203-205).

Entendidas as particularidades da memória, vamos discutir alguns elementos presentes nas lembranças dos colaboradores Natalino e Luberson quando participaram das atividades educativas realizadas no Engenho do Murutucu.

Natalino é segurança de uma empresa privada que oferece serviços a UFPA¹⁹, esteve no engenho durante a campanha de escavações arqueológicas realizadas em julho de 2015, foi convidado a participar da visita guiada por demonstrar um grande interesse em querer conhecer a história de ocupação do Engenho. O primeiro ponto ressaltado faz referência a beleza paisagística do Sítio, além da surpresa com os remanescentes materiais provenientes das estruturas arquitetônicas que existiam na área, “eu sinceramente não conhecia²⁰ o local, mas à medida em que passamos a frequentá-lo.... Eu fiquei surpreso com a beleza do local”.

Segundo Natalino, o Sítio ajuda a entender e a contar parte da história do estado do Pará, também podemos observar em seu relato a percepção da passagem do tempo e das transformações ocorridas nesta paisagem cultural. Nesse ponto, podemos inferir que a cultura material fez suscitar “memórias coletivas herdadas” (POLLAK, 1992: 202), “é como se voltássemos ao tempo”. Natalino afirma sentir a sensação de voltar ao tempo, no período em que o Engenho estava em funcionamento, apesar de esse visitante nunca ter vivido neste espaço-tempo que pode ser localizado entre os anos de 1711 à 1835 aproximadamente (MARQUES, 2004: 61).

Para Pollak (1992: 201) a memória individual é construída a partir dos acontecimentos vividos pessoalmente, além daqueles vivenciados pela coletividade a qual a pessoa se identifica. Nesses acontecimentos a pessoa nem sempre participa de determinado contexto histórico, mas no imaginário do grupo o fato adquire tamanha importância que ele acaba sendo incorporado, virando lembrança.

Podemos observar dentro do relato de Natalino o fenômeno da “projeção” característico de uma memória herdada que foi construída e socializada. Nessa perspectiva, acontece uma “socialização política” ou “socialização histórica” em que as histórias são transmitidas e ressoam ao longo dos séculos, envolvendo os membros de determinado grupo em um forte sentimento de identificação (POLLAK, 1992: 202).

Natalino também relata uma grande “emoção” e “felicidade” em estar presente num espaço em que ocorreram alguns momentos da história de

¹⁹ Universidade Federal do Pará foi uma das instituições colaboradoras do Projeto Sítio-Escola Engenho do Murutucu: Uma Arqueologia dos Subalternos.

²⁰ Natalino não conhecia o Engenho até trabalhar no sítio.

Belém. O trecho da fala desse visitante em que ele diz que “os locais aonde eu visitei, apesar de existirem somente as ruínas [...] nós conseguimos imaginar...” demonstra como a memória, influenciada pela cultura, é capaz de recriar cenários que ajudam no entendimento do mundo.

Luberson, outro visitante, tem graduação em História e é funcionário da CEASA. O seu interesse pela visita foi provocado pela movimentação nas ruínas que ocorreu em virtude do trabalho dos pesquisadores durante as escavações arqueológicas²¹. Esse visitante mencionou, durante o passeio guiado, as modificações distintas no espaço fruto das diversas ocupações humanas existentes na área, a vida e trabalho dos povos escravizados que trabalharam no Engenho também foram mencionados: “A história das pessoas que também fizeram parte da história. Mas são camufladas, então isso é muito importante para a cidade de Belém”.

O olhar desse visitante valorizou as informações que a análise da cultura material pode oferecer para o entendimento de acontecimentos históricos (FREIRE, 1987: 42; HORTA e GRUNBERG e MONTEIRO, 1999: 12). Segundo Luberson, essas experiências comunicativas “são valiosas para o entendimento do nosso contexto social e para a formação da cidade de Belém”. O Engenho é concebido como um objeto que tem o potencial de materializar os contextos históricos passados a partir da influência da memória coletiva herdada e reinterpretada por esse visitante.

Achamos pertinente explorar o relato de Luberson a partir de algumas teorias museológicas. Primeiramente, para Waldisia Rússio²² (1981: 123-124), o objeto de estudo da Museologia é o “fato museal” que é “a relação profunda entre o homem – sujeito conhecedor -, e o objeto, parte da realidade sobre a qual o homem igualmente atua e pode agir”, atribuindo sentidos e ressignificações. Essa relação entre indivíduos e objetos é percebida dentro de um contexto, estando inserida em um espaço-tempo (realidade). Além disso, ela acontece em uma instituição museológica que pode ser concebida sob variadas formas²³.

Entendido o objeto de estudo da museologia, vamos analisar agora o fenômeno da musealidade que é encontrado a partir da potência do olhar de Luberson ao atribuir sentidos e valores extrínsecos aos artefatos arqueológicos existentes no Engenho do Murutucu. Em que as informações presentes no sítio ajudam no entendimento de outra realidade de mundo. Nesse sentido, temos a musealidade que pode ser conceituada como:

A característica de um objeto material que, inserido numa realidade, documenta outra realidade: no tempo presente é um documento do passado, no museu é um documento do mundo real, dentro de um espaço é um documento de outras relações espaciais. Assim, os objetos de um determinado tempo e lugar podem documentar diferentes sociedades, ao ser testemunhos de seu desenvolvimento (MAROEVIC, 1997: --).

A musealidade²⁴, portanto, é a imaterialidade (ou sentido) atribuída ao objeto que o torna passível de musealização²⁵ que pode ocorrer *in situ* ou a par-

²¹ O Projeto Sítio-Escola Engenho do Murutucu: Uma Arqueologia dos Subalternos foi coordenado pelo Prof. Dr. Diogo Menezes Costa que durante três anos de atividades consecutivas investigou os remanescentes materiais pertencentes ao Engenho do Murutucu. O Projeto também abriu espaço para ações educativas que aconteceram concomitante as escavações (2014 a 2016), as atividades foram concebidas como visitas guiadas no referido sítio.

²² Museóloga brasileira.

²³ Ecomuseu, espaços museais, museu tradicional, etc.

²⁴ A musealidade faz parte do fato museal, ela corresponde a primeira camada de valorização atribuída ao objeto que pode passar pelo processo da musealização, esses valores são sempre extrínsecos (CHAGAS, 1994: 53).

²⁵ Pode acontecer ou não.

tir da transferência desse objeto para um novo contexto²⁶(MAROEVIC, 1997). Para Chagas (1994: 54) tudo é passível de ser incorporado ao museu, basta que aconteça uma intenção e depois um processo de musealização.

Esse autor ainda considera que o fato museal pode ocorrer fora “do âmbito museu/instituição”. Nesta perspectiva, o olhar museológico é “conceitual” e não institucional, sendo assim “o campo de estudo da Museologia não está restrito aos museus e aos objetos musealizados, mas abrange a relação indivíduos-realidade mediada pelos bens culturais”. (CHAGAS, 1994: 53-54)

Outro ponto de discussão que podemos abordar sobre os relatos de Natalino e Luberson envolve o conceito de “lugares de memória”. Existem lugares que são ligados a uma lembrança (mesmo que não seja pessoal) que criam pontos de apoio em um tempo cronológico, esse lugar apresenta uma imagem fortalecida na lembrança da pessoa e, como exemplo, podemos citar paisagens da infância que possuem uma grande carga afetiva e nostálgica, ou seja, um lugar que desperta sentimentos e sensações (POLLAK, 1992: 202).

Na esfera pública existem “lugares de memória” que são criados para propósitos distintos, normalmente estão presentes nessa construção conflitos ideológicos e políticos de grupos que tentam tomar para si a imagem do que deve ou não ser lembrado. Isso pode envolver também lugares pertencentes a tempos recuados, mas que ainda são importantes para a memória, mesmo que ela seja herdada por sentimentos de pertencimento e identificação social. Alguns fenômenos podem ser até reconhecidos como “oficiais”, neste caso temos a identidade nacional como referência e tentativa de unificação de vários grupos (POLLAK, 1992: 203).

Ainda dentro dessa análise, entendemos que quem atribui sentido os objetos são as pessoas a partir de sua memória que está ligada a contextos específicos (nós lembramos a partir de estímulos). Na esfera museológica, o objeto também pode ser entendido como memória, a partir do momento em que atribuímos a ele significados distintos. O museu é compreendido como um espaço de memória (CHAGAS, 1994: 55), já que ele abriga objetos que tem o potencial de narrar histórias.

Quando ponderamos, a partir dos conceitos dos autores acima mencionados, que os artefatos arqueológicos foram acrescidos de musealidade, pelo olhar e valoração de Luberson. Ou ainda que, a paisagem cultural do Engenho proporcionou a Natalino um sentimento de “volta ao passado” misturada com sensações de “felicidade” e “emoção”, podemos concluir que o sítio²⁷constituiu-se de um lugar de memória. Assim como o museu, em que a musealidade (em potência) se encarrega de comunicar o sentido (ou ressignificação) que é construído sobre esse patrimônio (MAROEVIC, 1997). Porém, os artefatos *in situ* possuem um potencial de despertar sentidos muito mais fortes do que se estivessem em um museu/instituição (CHAGAS, 1994: 53).

Encerrando esse tópico de análise e a partir dos conteúdos²⁸mediados, a Arqueologia acaba sendo mencionada no relato de Luberson, entendida como uma ciência que “traz à tona o que está escondido”. Nessa perspectiva, ele ex-

²⁶ O museu em todas as suas tipologias.

²⁷ Nesse sentido de análise.

²⁸ Os conteúdos mediados faziam referência ao histórico de ocupação do engenho, também falavam sobre os métodos de pesquisa da Arqueologia Histórica, tendo como foco a vida e trabalho dos povos escravizados que residiram nesse lugar. A escolha dessa abordagem aconteceu em virtude das escavações arqueológicas que tentavam descobrir a localização da Senzala do sítio. Os visitantes puderam conhecer outros espaços do sítio como a roda d'água, leito do igarapé Murutucu, áreas da possível fábrica do Engenho e também a Casa de vivenda.

plica que existem algumas questões que não são frequentemente abordadas, como “quem construiu as edificações do local?”. Quando as pesquisas arqueológicas mudam o foco de abordagem dos proprietários do engenho para a vida e o local de morada dos povos escravizados, esse colaborador considera esse fato de grande contribuição para a construção e discussão da historiografia da população paraense.

As relações que os indivíduos estabelecem em determinados lugares são permeadas por conflitos. Os jogos de memória que envolvem o esquecimento, a valorização, a desvalorização, as ressignificações e vivências (dinâmica cultural) vão selecionando o que deve ou não ser preservado. De certa forma, essas seleções partem de perspectivas de grupos dominantes (POLLAK, 1989: 04-09)

Nesse contexto de poder, alguns autores (SILVEIRA e BEZERRA, 2007: 86; BEZERRA, 2013: 108) reconhecem o papel da Arqueologia como uma ciência do presente que, entre outros pontos, cria discursos alternativos importantes para se debater as questões ligadas ao patrimônio e às sociedades contemporâneas.

4.2. Educação, cultura e patrimônio

Existem estudos de público sobre o caráter educativo dos objetos arqueológicos. Segundo Bezerra (2003: 278) esses estudos acabam criando condições para que se pense na utilização didática desses objetos no ensino escolar. Em nosso estudo de público, verificamos demandas parecidas no qual oito colaboradores relacionam o engenho diretamente a fatos históricos ou ao ensino da história.

A educação em museus não é um tema novo, podemos dizer que esses dois termos estão conectados desde os primórdios da instituição e que a função educativa é amplamente reconhecida (MARANDINO, 2008: 7-16).

Na perspectiva da Nova Museologia, o museu deveria ser transformado, também, em um meio de comunicação que apresenta os problemas das comunidades locais. Estabelece um vínculo com a sociedade, seguindo o objetivo proposto pelo ICOM de: “comunicar e exibir com finalidades de estudo, educação e lazer, os testemunhos materiais da evolução da natureza e do homem”. A relação sujeito, objeto e museu deve desenvolver-se de forma harmoniosa, segundo esses princípios (TORAL, 1995: 26).

Quando se aproxima o museu da escola podemos ter a relativização “dos conceitos abstratos que se impõem ao ensino” (TORAL, 1995: 26). Nesse sentido, são considerados as diversas formas de se trabalhar a educação em museus, referentes a cada tipo de instituição e suas coleções.

Wellington, mais um visitante, é graduando em Administração (UFPA) e conheceu o engenho através de reportagens divulgadas nas mídias eletrônicas. Em seu relato, os remanescentes materiais do sítio foram relacionados as aulas de história, a cultura material teria aproximado a teoria da prática (visualização do espaço). As edificações históricas se tornaram testemunha e prova dos fatos históricos estudados durante o seu ensino básico.

Benison, também visitante, estuda na UFPA²⁹ e relata que “ouvia falar das Ruínas do Murutucu, mas não sabia o que era, nem para o que servia”. Para ele, o passeio guiado foi relacionado a uma atividade de pesquisa sobre o “mapeamento de engenhos”. Contudo, os métodos utilizados foram somente

²⁹ Não informou o seu curso de graduação.

bibliográficos e que aquela era primeira vez que ele conhecia um engenho de açúcar e aguardente do século XVIII. Para esse colaborador, a experiência “tinha lhe esclarecido muitas coisas”, a visita ao sítio “me fez conhecer um pouco mais da relação do engenho com a cidade em processos importantes³⁰”. Novamente, a cultura material *in situ* é capaz de fornecer informações que se combinam as memórias e conhecimentos antigos desse visitante. A experiência de Wellington e Benison apontam para à apropriação do lugar e de seus conteúdos. Nesse processo, também está incluída a socialização do conhecimento científico produzido sobre o sítio como uma demanda apresentada por esses colaboradores.

Exemplos anteriores, a partir de visitas guiadas³¹ e ações educativas, que foram realizadas no Engenho São Jorge de Erasmos na cidade de Santos (SP) demonstraram resultados positivos para a utilização de sítios arqueológicos no contexto escolar. O projeto educativo visava a utilização dos objetos como uma ferramenta dotada de inúmeros sentidos que são capazes de comunicar informações. As ações educativas utilizaram kits referentes a alguns artefatos arqueológicos que são comumente achados nas escavações nestes sítios, tais como: louças do tipo faiança simples, objetos líticos, entre outros. Os alunos puderam explorar a área das mais diferentes maneiras, utilizando também os conteúdos referentes a grade curricular da escola (HIRATA e ELAZARI e MORITZ e COSTA e CORDEIRO, 2007: 424).

Marcos é professor universitário de História e um dos visitantes do Engenho Murucutu. Tomou conhecimento das visitas guiadas após uma reportagem exibida na televisão. Esse colaborador estava familiarizado com os acontecimentos históricos ocorridos no engenho, porém ao observar os remanescentes materiais, ele relata que ficou “encantado com a magia do lugar. Eu me surpreendi, eu não imaginava que fosse tão belo e tão rico do ponto de vista histórico, arqueológico e antropológico. Confesso que fiquei muito feliz com o que eu vi”.

Para Marcos, o engenho se torna um exemplo³² palpável dos fatos históricos relacionados a cidade de Belém. Durante a visita, ele mencionou a presença de vários grupos étnicos no local, além das influências e conflitos existentes entre esses grupos. A constituição do espaço também é mencionada a partir das ruínas da capela e dos “os modos de produção a partir da força da roda d’água, do vapor [...] a relação do homem com o meio ambiente”. Cleber, outros dos visitantes, também é professor de História que trabalha com turmas de ensino fundamental, médio e cursos preparatórios para vestibulares. Foram as pesquisas acadêmicas ligadas a História do Pará e da Ocupação amazônica que levaram Cleber ao Engenho, para ele o passeio “serviu muito para enriquecer a minha didática e despertou o interesse em trazer os alunos para cá”.

O contato com as ruínas proporcionou a esse visitante sentir-se “dentro, me transportar de alguma maneira para aquele momento, eu fiquei visualizando os acontecimentos: o que acontecia na fábrica, na senzala próxima da capela e vocês descobriram que ela estava aqui próxima, isso mudou a minha forma de ver”.

³⁰ O conteúdo da mediação durante as visitas fazia referência ao histórico de ocupação do sítio por diversos grupos sociais e étnicos que foram importantes para a história de Belém.

³¹ Projeto Arqueologia, Patrimônio e Ação Educativa (HIRATA e ELAZARI e MORITZ e COSTA e CORDEIRO, 2007), foi desenvolvido no ano de 2001 na escola EPSG Profª Gracinda Maria Ferreira que está localizada no entorno do referido engenho.

³² Quando utilizamos a palavra “exemplo” entendemos que este sítio arqueológico representa somente um único ponto da historiografia da cidade de Belém. Ele funciona como uma analogia para alguns visitantes que acabam enxergando nele as cenas que permeiam suas memórias.

Cleber diz que visita outros locais, como os museus e o Centro Histórico de Belém. Mas a experiência no sítio foi única, “não foi a mesma coisa”. Ele argumenta que os espaços percorridos durante o passeio no engenho (casa grande, capela, possível senzala) ficam mais complexos quando visualizados (e imaginados) em seus próprios contextos: “estar aqui me fez sentir a história, não só conhecer através dos livros, mas sentir mesmo”. Para esse colaborador, os conceitos utilizados no ensino básico são vazios (tanto para o professor como para o aluno) e que a experiência proporcionada por atividades (fora da escola) oferecem interpretações diversas e alternativas.

A partir dos relatos dos visitantes, Welligtom, Benison, Marcos e Cleber, o engenho pode ser entendido e utilizado como um espaço de educação não-formal que pode ser apropriado pela escola (MARANDINO, 2008: 24-26). Nesse sentido, educação, cultura e patrimônio não serão separados, como recomenda Freire (1987).

Os colaboradores, cada um dentro de sua especificidade, relataram o sentimento de “viver” a história e entender os contextos do passado, a partir do seu olhar do presente. A disciplina “história” é o principal ponto de convergência dos visitantes. Por esse motivo, os objetos foram capazes de dar materialidade a “conceitos vazios³³” e também oferecer “estímulos criativos” a partir da constante re-apropriação³⁴ do patrimônio arqueológico.

4.3. A socialização do patrimônio arqueológico: Usos e desusos

A Carta de Lausanne (1990)³⁵ foi elaborada pelo Comitê Internacional para a Gestão do Patrimônio Arqueológico (ICAHM) na cidade de Lausanne (Suíça) e organizada pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS). Nessa carta estão contidos regulamentos aplicáveis ao manejo do patrimônio arqueológico que envolve técnicas de pesquisa, conservação, preservação, restauro, documentação, inventário, extroversão (exposição), socialização e uso dos bens arqueológicos pelo público (ICOMOS e ICAHM, 1990: 1).

Nesta carta podemos encontrar algumas definições que se mostram imprescindíveis para esta abordagem, como a participação de “populações autóctones³⁶” na proteção e conservação desses bens a partir da colaboração entre “os órgãos públicos, dos pesquisadores, das empresas privadas e do grande público”. Ainda dentro destas definições, o patrimônio arqueológico é considerado “um recurso frágil e não renovável”, além de “um testemunho essencial sobre as atividades humanas do passado” e seu estudo e interpretação é importante para as gerações presentes e futuras (ICOMOS e ICAHM, 1990: 2).

As entrevistas orais realizadas durante a pesquisa apontaram dois relatos que problematizam a falta de socialização do conhecimento produzido sobre o Sítio Engenho do Murutucu, além de apontarem para a necessidade de uma “gestão integrada” desse espaço que poderia ser utilizado em contextos mais abrangentes, envolvendo outras parcelas da população belenense que estivessem interessadas.

Mathias é graduado em História e soube da existência do Engenho do Murutucu através das reportagens divulgadas nas mídias eletrônicas³⁷. Guiado pelo olhar da sua área de formação, Mathias menciona que o sítio arqueológico,

³³ Termo usado pelo visitante Cleber.

³⁴ Também podemos considerar o termo “ressignificação”.

³⁵ Documento adotado pelo IPHAN.

³⁶ Naturais de um lugar ou região.

³⁷ Website da UFPA.

através da sua cultura material, desperta histórias, memórias e informações importantes para a produção do conhecimento da região. Contudo, esse conhecimento (em seu entendimento) acaba ficando restrito as esferas acadêmicas e tão importante quanto produzir, seria socializar essas informações. Envolvendo também o ensino básico, segundo Mathias esse é um dos papéis primordiais da Educação Patrimonial.

Abordando a educação em museus para embasar a discussão referente ao Engenho, temos que a educação é uma prática sociocultural, não sendo possível separar cultura, educação e patrimônio. Nesse sentido, museus e patrimônios não constituem campos neutros, é preciso desenvolver um olhar crítico para identificar a serviço de quem estão sendo acionadas as memórias e os pertencimentos relacionados a estes espaços. Além disso, também é preciso considerar que os patrimônios (além dos arqueológicos) possuem “dispositivos narrativos” e “servem para contar histórias” mediadas entre diferentes tempos, pessoas e grupos (CHAGAS, 2006: 4-5)

Varine (2012: 172) contribuindo com esse debate afirma que algumas teorias museológicas podem ser um instrumento de informação, educação e mobilização em que a Museologia, dotada de interdisciplinaridade, se engaja para criar discursos alternativos e inclusivos ligados as comunidades locais e seu universo atual. Acreditamos que esta abordagem museológica quando transferida para o contexto arqueológico *in situ* ajuda a criar estratégias que visam uma gestão compartilhada desse patrimônio.

Emiliana, outra visitante, é jornalista e foi a única a optar por dar o seu depoimento via e-mail³⁸. Ela relata que viu “imagens das ruínas por volta de 1995 e era só isso o que elas eram: ruínas”. Nas visitas guiadas, ao observar o fluxo de pessoas em funções, relações e atividades diversas no sítio, Emiliana diz que sentiu “a vida pulsando novamente no engenho e a história se revelando” através do trabalho da Arqueologia e da constante troca de informações entre as pessoas naquele espaço.

Segundo Varine (2012: 173) existem algumas questões ligadas a pergunta “para quem se preserva?” As mudanças ocorridas na Museologia, pós década de 70, abrem espaço para se pensar de que forma acontece a relação do museu, sociedade e patrimônio. Uma das principais mudanças de pensamento é envolver diversos segmentos da sociedade nas práticas museológicas que envolvem, também, a construção dos discursos a partir de diálogos simétricos e mais condizentes com a realidade social das pessoas que se encontram fora dos muros das instituições (SANTOS, 2009: 142).

Os resultados gerais da pesquisa de público são pertinentes em afirmar que os colaboradores consideraram que o patrimônio arqueológico precisa ser socializado, assim como os conhecimentos produzidos sobre ele. Contudo, o Engenho já é um patrimônio tombado pelo IPHAN, na categoria “arqueológico-histórico”, podemos inferir, portanto, que ele possui uma valorização proposta pelo Estado. Além disso, a Carta de Lausanne que versa sobre a gestão desse sítio afirma que: “A apresentação do patrimônio arqueológico ao grande público é um meio de fazê-lo ascender ao conhecimento das origens e do desenvolvimento das sociedades modernas”.

Por fim, podemos verificar que o sítio arqueológico-histórico Engenho do Murutucu, mesmo possuindo potencialidades educativas, museais, expositi-

³⁸ Essa particularidade ocorreu em virtude do pouco tempo disponível para a entrevista oral nesse dia. Contudo, essa visitante queria compartilhar de sua experiência e enviou um e-mail falando sobre as suas impressões.

vas, entre outras, não é um patrimônio pensado³⁹ para ter a sua gestão compartilhada com as populações que se interessam e se identificam com sua cultura material. Pois, atualmente, não existem políticas públicas de extroversão e inclusão relacionadas a esse sítio.

A Carta de Lausanne estabelece que a proteção e gestão do patrimônio arqueológico é uma “responsabilidade pública coletiva”, sendo preciso estimular a participação da população local nesse processo, a preservação dos sítios deve ser ligada a critérios científicos e de representatividade. Novamente, voltamos ao questionamento proposto por Varine: “Para quem se preserva?”.

5. Considerações finais

Não há dúvidas de que o campo de pensamento da Museologia passou por intensas transformações. De exposições criadas para o “deleite” do público, passando por abordagens inclusivas em que diversos profissionais dialogam com comunidades locais, visando, também, a constante re-apropriação do patrimônio cultural, muito trabalho já foi realizado.

Diante da constante inquietação provocada por práticas museológicas dissociadas da realidade social de seu entorno. Se torna necessário e estimulante, buscar soluções alternativas que possam contribuir para o desenvolvimento do conhecimento em Museologia. Assim, podemos repensar o nosso próprio campo de atuação construindo métodos museológicos inclusivos, e que pensam sobre como o patrimônio cultural pode ajudar na compreensão da identidade dos grupos humanos. Compreendendo e refletindo sobre a realidade das pessoas e sua ligação com o patrimônio, sua cultura tentando promover o desenvolvimento social, visando também a melhoria da qualidade de vida (SANTOS, 2008: 143).

Trouxemos um estudo de caso que nos mostra os diferentes sentidos que podem ser atribuídos a um sítio arqueológico. Os resultados produzidos a partir das entrevistas orais realizadas nessa pesquisa, mostraram a necessidade do constante debate sobre temas já amplamente discutidos nos campos da Museologia e da Arqueologia, como: museu e educação, extroversão, apropriação e uso do patrimônio, entre outros pontos. As nossas práticas como “profissionais do patrimônio”, precisam ser adequadas aos contextos nos quais trabalhamos. Nesse sentido, as nossas ações necessitam de constantes reconstruções e negociações a partir de vários campos de conhecimento.

Referências

AZULAI, L. C. de O. *A Relação Interdisciplinar entre Museologia e Arqueologia: Uma Perspectiva de Preservação e Socialização Patrimonial do Sítio Histórico do Engenho do Murutucu*, Belém: Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Pará, defendido em 2014.

BAUER, M.W; GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som*. Petrópolis: Vozes, 2002.

BARRETO, C. Corpo, comunicação e conhecimento: reflexões para a socialização da herança arqueológica na Amazônia. *Revista de Arqueologia*. São Paulo: SAB, vol. 26, fascículo 1, p. 112-128, 2013.

BEZERRA, M. O Público e o Patrimônio Arqueológico: Reflexões para a Arqueologia Pública no Brasil. *Habitus*. Goiânia, vol. 01, número 2, p. 275-295, 2003.

³⁹ Levamos em consideração o seu cenário atual.

Disponível em: <www.geape-ufpa.academia.edu/marciabezerra>

BEZERRA, M. Os Sentidos Contemporâneos das Coisas do Passado: Reflexões a partir da Amazônia. *Revista de Arqueologia Pública*. Campinas: Editora LAP/NEPAM/UNICAMP, vol. 7, p. 108-122, 2013. Disponível em: <www.leiaufsc.files.wordpress.com/2015/03/bezerra-2013.pdf>

CÂNDIDO, M. M. D. Cultura material: Interfaces disciplinares da Arqueologia e da Museologia. *Cadernos do CEOM*. Chapecó: Editora Argos, vol. 18, número 21, p. 75-90, 2005. Disponível em <www.bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2272/1354>

CHAGAS, M. S. No Museu com a Turma do Charlie Brown. *Cadernos de Sociomuseologia*. Lisboa: ISSN 1646-3714, vol. 02, número 02, p. 49-65, 1994. Disponível em: www.revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/535

CHAGAS, M. Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. *Revista do Patrimônio*. Editora Revista Eletrônica do IPHAN, vol. 2, número 3, p. 1-7, 2006. Disponível em: < www.iphan.gov.br >

FREIRE, P.A concepção <<bancária>> da educação como instrumento da opressão. Seus pressupostos, sua crítica. In: *Pedagogia do Oprimido*, 17ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUARNIERE, W. R. C. A interdisciplinaridade em Museologia. In: Waldisia Rússio Camargo Guarniere: textos e contextos de uma trajetória profissional. 1ª edição, São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado e Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010.

HALBWACHS, M. Memória individual e coletiva. *A memória coletiva*. Tradução Beatriz Sidou, 2ª edição, São Paulo: Centauro, 2003.

HIRATA, E. F.V., ELAZARI, J. M., MORITZ, J., COSTA, A., CORDEIRO, S. Explorando a Arqueologia: um projeto educativo no Engenho São Jorge dos Erasmos. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo: USP, número 17, P. 419-433, 2007. Disponível em: <www.revistas.usp.br/revmae/issue/view/6992>

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*. 1ª edição, Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1999.

MARANDINO, M. *Educação em Museus: a mediação em foco*. 21ª edição, São Paulo: Geenf/Feusp, 2008.

MAROEVIC. I. O papel da Musealidade na preservação da memória. Tradução Teresa Scheiner. Zagreb: Congresso Anual do ICOFOM, 1997.

MARQUES, F. L. T. *Modelo da Agroindústria Canavieira Colonial no Estuário Amazônico: Estudo Arqueológico de Engenhos dos Séculos XVIII e XIX*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2004.

SCHAAN, D. Sobre o exercício de pesquisar, ouvir, ensinar, conviver, tolerar. In: *Arqueologia, patrimônio e multiculturalismo na beira da estrada: pesquisando ao longo das rodovias Transamazônicas e Santarém-Cuiabá: 1ª edição*, Belém: GKNoronha, 2012.

Santos, Maria Célia T. Moura. *Encontros Museológicos – reflexões sobre a museologia, a educação e o museu*. Rio de Janeiro: Minc/IPHAN/DEMU, 2008.

SANTOS, M. C. T. M. Estratégias Museais e Patrimoniais para a qualidade de vida dos cidadãos: diversas formas de musealização. *Cadernos de Sociomuseologia*. Lisboa: ISSN 1646-3714, volume 18, fascículo 18, p. 141-168, 2009. Disponível em:

<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/364>
SILVEIRA, Flávio L. da; BEZERRA, M. Educação Patrimonial: Perspectivas e Dilemas. Lima Filho, M.F.; Eckert, C.; Beltrão, J. (orgs.) – *Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007, pp. 81-97. Disponível em: <www.repep.fflch.usp.br/sites/repep.fflch.usp.br/files/Educa%C3%A7%C3%A3o%20Patrimonial%20Perspectivas%20Dilemas%20BEZERRA_M.pdf>

TAMANINI, E. – Museu, Educação e Arqueologia: prospecções entre teoria e prática. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo: Anais da I Reunião de Teoria Arqueológica na América do Sul, p. 339-346, 1999. Disponível em: <www.revistas.usp.br/revmaesupl/article/view/113478>

VARINE, H. A respeito da Mesa-Redonda de Santiago do Chile (1972). In: *ICOM/Brasil e o pensamento museológico brasileiro: documentos selecionados*. 1ª edição, São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado e Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010.

VARINE, H. As Raízes do Futuro: O Patrimônio a Serviço do Desenvolvimento Local. Tradução de Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012

Artigo recebido em março de 2017. Aprovado em julho de 2017.